



Observatório da Oposição

29 DE JANEIRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 35

STF avança com ações arbitrárias contra adversários do governo

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

JUSTIÇA E CIDADANIA

2

ECONOMIA

3

EDUCAÇÃO

4

AGRO

5

TRABALHO E EMPREGO

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



JUSTIÇA E CIDADANIA

STF avança com ações arbitrárias contra adversários do governo

Ações conjuntas de parte do Judiciário com o governo Lula tentam intimidar a oposição usando como cortina de fumaça o discurso de “defesa da democracia”; Congresso discute abertura de CPI para frear abusos

A Oposição ao governo Lula precisou se reunir no Congresso Nacional, durante o recesso parlamentar, a fim de pedir respostas institucionais dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre os excessos praticados pelo Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral contra o Parlamento. Até mesmo deputados da base aliada ao governo Lula, insatisfeitos com as repetidas intromissões do STF no Poder Legislativo, prestaram apoio institucional aos líderes da Oposição no Congresso Nacional.



Dentre os últimos capítulos dos excessos praticados pelo STF, destacamos mais uma fase da Operação “Lesá Pátria”, realizada pela Polícia Federal, que fez “busca e apreensão” nos endereços do líder da Oposição na Câmara, Deputado Federal Carlos Jordy (PL/RJ), a mando do ministro Alexandre de Moraes. O líder da Oposição na Câmara e deputado federal em seu segundo mandato disse em suas redes sociais que estava em casa dormindo com sua esposa e filha de pouco mais de um ano de idade, quando os agentes da PF entraram em seu quarto com fuzis apontados e perguntaram se o mesmo estava armado.



Veja

Jordy informou que não incitou os atos de vandalismo que ocorreram em Brasília em 8 de janeiro de 2023 e que não se sustenta a prova que o ministro Alexandre de Moraes usou para justificar a “busca e apreensão”.

No mesmo dia em que a PF deflagrou a operação contra o líder da oposição na Câmara, o senador líder da Oposição no Senado, Rogério Marinho (PL/RN), se manifestou contra o excesso praticado em desfavor de Jordy. Rogério Marinho disse que o país não vive em estado de normalidade democrática e que é preciso restaurar o equilíbrio entre os Poderes, resguardando as prerrogativas do Parlamento.



Agência Senado

Uma das respostas da oposição na Câmara dos Deputados foi determinar que o atual líder Carlos Jordy permanecesse sendo o líder do colegiado em 2024. O deputado federal Filipe Barros (PL/PR) assumiria o posto ao início do ano legislativo, mas os parlamentares da oposição na Câmara decidiram por manter Jordy por sua competência e também para demonstrar coesão do grupo.

Uma das ferramentas institucionais que a oposição pretende usar para coibir tais excessos vindos

“

Ele (Jordy) não foi acordado pela polícia em função de uma denúncia a respeito de desvios de recursos públicos ou de corrupção. Ele foi acordado daquela forma porque representa um segmento da população que pensa diferente daqueles que atualmente governam o país.”

do Judiciário e restabelecer algum equilíbrio entre os três poderes é a instalação da “CPI do abuso de autoridade” já no início dos trabalhos do ano legislativo. Os parlamentares já conseguiram as 171 assinaturas necessárias para a instalação da mesma. O requerimento foi protocolado pelo deputado federal Marcel Van Hattem (NOVO/RS). A decisão de pautar a abertura da CPI está nas mãos do presidente da Câmara dos Deputados.



A liderança da oposição no Senado também buscou algum entendimento com o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, na semana passada. Estiveram presentes na reunião, além do líder da oposição no Senado, os senadores Izalci Lucas (PSDB/DF), Márcio Bittar (União Brasil/AC) e Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Os senadores demonstraram preocupação com a condução das investigações realizadas pelo ministro Alexandre de Moraes e pediram que o mesmo deixasse a relatoria do processo relativo aos atos de vandalismo do “8 de janeiro”, já que o mesmo é “jugador, acusador e vítima” neste processo. Juridicamente isso geraria nulidade no processo.



Rogério Marinho também se manifestou contra uma outra operação deflagrada (Operação Vigilância Aproximada) em desfavor do Deputado Federal Delegado Ramagem (PL/RJ), por suposta espionagem ilegal feita por um software (*First Mile*) comprado no então governo Temer. O deputado comandou a Agência Brasileira de Inteligência na gestão do ex-presidente Bolsonaro e ganhou protagonismo dentro do Parlamento já em seu primeiro ano de mandato, quando liderou os trabalhos da oposição durante a CPMI do “8 de janeiro”. Vale ressaltar que o próprio deputado foi quem entregou à Corregedoria da ABIN o material que ensejou a operação deflagrada contra ele. Novamente, o ministro Alexandre de Moraes apresenta provas precárias para justificar operações de busca e apreensão contra parlamentares próximos ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Coincidentemente, ambos os deputados, alvos das operações policiais detalhadas anteriormente, são pré-candidatos às prefeituras de seus municípios de origem, no estado do Rio de Janeiro. A senadora Damares Alves (Republicanos/DF) lembrou deste fato ao prestar solidariedade aos dois deputados em suas redes sociais e também pediu para que os líderes do Congresso Nacional se manifestassem sobre o assunto.

Em coletiva realizada no dia 24 de janeiro, membros da oposição no Congresso Nacional reforçaram que há uma conspiração entre o Judiciário e o Executivo para intimidar os opositores do Legislativo. A opinião dos parlamentares da oposição ao governo Lula vai de encontro ao que disse Márcio Coimbra, presidente do Instituto Monitor da Democracia (uma *think tank* que analisa o nível do respeito a valores democráticos nos países).

Coimbra ressalta que tem ocorrido uma política de vingança em relação ao governo anterior e a opositores do presidente Lula. Muitos dos políticos que defenderam a punição a membros do Partido dos Trabalhadores acusados de corrupção no passado estão sendo investigados por autoridades neste momento. “Essas operações são mais um passo no esforço para fazer o expurgo de aliados do ex-presidente Bolsonaro”, diz o presidente do Instituto Monitor da Democracia.



O Judiciário e o Executivo estão alinhados. O movimento parece inexorável. Muitos políticos serão processados, condenados e, alguns, colocados na cadeia. Só daqui a alguns anos será possível saber se todas as acusações apresentadas neste momento são bem fundamentadas.”

Márcio Coimbra, presidente do Instituto Monitor da Democracia

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes que autorizou busca e apreensão contra o líder da oposição na Câmara, Deputado Carlos Jordy: “A democracia brasileira não irá mais suportar a ignóbil política de apaziguamento, cujo fracasso foi amplamente demonstrado na tentativa de acordo do então primeiro-ministro inglês Neville Chamberlain com Adolf Hitler. Absolutamente TODOS serão responsabilizados civil, política e criminalmente pelos atos atentatórios à Democracia, ao Estado de Direito e às Instituições, inclusive pela dolosa conivência – por ação ou omissão – motivada pela ideologia, dinheiro, fraqueza, covardia, ignorância, má-fé ou mau-caratismo. A democracia brasileira não será abalada, muito menos destruída, por criminosos terroristas.”



Jota

2 ECONOMIA

Seguindo a cartilha do PT, Lula usa coação do Estado para intervir na Vale

Petista articula manobra para acomodar Guido Mantega, responsável pelo maior desastre econômico do país, no cargo de CEO da empresa

- De acordo com diversos veículos de comunicação, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em nome de Lula, estaria pressionando Executivos de grandes empresas que têm participação na Vale.



- Entendemos que as denúncias são graves e podem ensejar a tipificação de crime de responsabilidade.

“Art. 7º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:

5 - servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua;

9 - violar patentemente qualquer direito ou garantia individual constante do art. 141 e bem assim os direitos sociais assegurados no artigo 157 da Constituição”.

[LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.](#)

- O objetivo de Silveira seria emplacar Guido Mantega na presidência da Vale na reunião do Conselho de Administração que ocorrerá no dia 31 de janeiro.
- O salário mensal no cargo é de R\$ 4,9 milhões (aproximadamente R\$ 60 milhões por ano) e seria uma forma de o Partido dos Trabalhadores “premiar” Mantega por não ter comprometido figuras-chave em delações.
- Lula corrobora a denúncia de coerção ao criticar publicamente e arbitrariamente a Vale em seu perfil na rede X:

“Hoje faz 5 anos do crime que deixou Brumadinho debaixo de lama, tirando vidas e destruindo o meio ambiente. 5 anos e a Vale nada fez para reparar a destruição causada. É necessário o amparo às famílias das vítimas, recuperação ambiental e, principalmente, fiscalização e prevenção em projetos de mineração, para não termos novas tragédias como Brumadinho e Mariana.”

[Lula, Presidente da República.](#)

- Contrariando a informação divulgada pelo presidente, não é possível alegar a inação da empresa. Em 2021, a empresa assinou um [Acordo Judicial de Reparação com o Governo de Minas Gerais](#), envolvendo um montante de R\$ 37,6 bilhões.
- Além das ações na esfera judicial, a empresa indenizou cerca de 15,4 mil pessoas envolvidas no incidente e promoveu uma série de ações ambientais e sociais na região, [conforme pode ser observado em comunicado publicado em 15/01/2024.](#)
- Desse modo, causa estranhamento o ataque gratuito do presidente da República a uma empresa privada. Em especial, uma crítica coincidente com a pressão pela indicação de Mantega à presidência da Vale.

- Cabe mencionar ainda que a intervenção se daria por intermédio da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. A Previ pode indicar duas cadeiras no Conselho, considerando que possuem 8,7% das ações da Vale.
- Em outras palavras, trata-se de uma manobra inapropriada de usar um fundo de pensão privado para privilegiar aliado político, pois o governo não possui diretamente a prerrogativa de indicar membros do Conselho de Administração da Vale.
- Após a divulgação das notícias sobre a possível indicação de Mantega, as ações da Vale caíram substancialmente (cerca de 3%). Movimentos contrários dos acionistas majoritários e a indicação de uma possível CPI para apurar o caso dissuadiram temporariamente o governo.

Quem é Guido Mantega?

- Mantega é antes de mais nada uma figura controversa: o mercado e até mesmo membros do próprio partido o criticam por sua ligação com a “nova matriz econômica” e as “pedaladas fiscais”, que desencadearam a recessão de 2014 e foram a principal razão para o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.
- Guido Mantega enfrentou diversos problemas legais, [sendo temporariamente preso em 2016 na Operação Arquivo X](#), acusado de solicitar R\$ 5 milhões em propinas para o PT.
- Em 2016, Mantega foi inabilitado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e não poderá exercer cargos públicos até 2030, em razão das “pedaladas fiscais”. [Segundo relatório do TCU](#), Mantega corroborou para manipulação de estatísticas fiscais para ocultar a crise econômica no governo de Dilma Rousseff.
- Em 2017, evitou nova prisão ao firmar [acordo com o Ministério Público, relacionado a fraudes no BNDES](#) durante seu período como Ministro da Fazenda.
- Investigações revelaram [um saldo não declarado de US\\$ 600 mil em conta corrente na Suíça mantida por Mantega](#) durante seu mandato como Ministro da Fazenda.
- Por fim, cabe ainda mencionar que o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro moveu ação civil pública por improbidade administrativa contra ex-membros do Conselho de Administração da Petrobras, incluindo Graça Foster e Guido Mantega. A ação refere-se à política de congelamento dos preços de gasolina e diesel em 2013-2014, [com intuito de controlar artificialmente a inflação, ato que resultou em prejuízos bilionários para a estatal](#).

Novo programa de Lula para a indústria reedita políticas fracassadas que, sem alcançar metas, já sugaram bilhões dos cofres públicos

Com propostas vagas, programa petista desestimula modernização de empresas brasileiras, ignora ensino profissionalizante e projeta aumento substancial do endividamento do país

- O governo Lula apresentou uma reedição de sua antiga política de desenvolvimento, desta vez com uma roupagem verde. Esse plano, que conversa com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mostra, na nossa visão, um compromisso do atual governo com velhos erros do passado.
- Destacamos que a “neointustrialização”, desde o início, tinha aspectos que remetem à Nova Matriz Econômica - política econômica desastrosa do Governo Dilma. Em junho de 2023, o líder da oposição, Rogério Marinho, [antecipou esse movimento](#) em publicação no jornal Poder360.

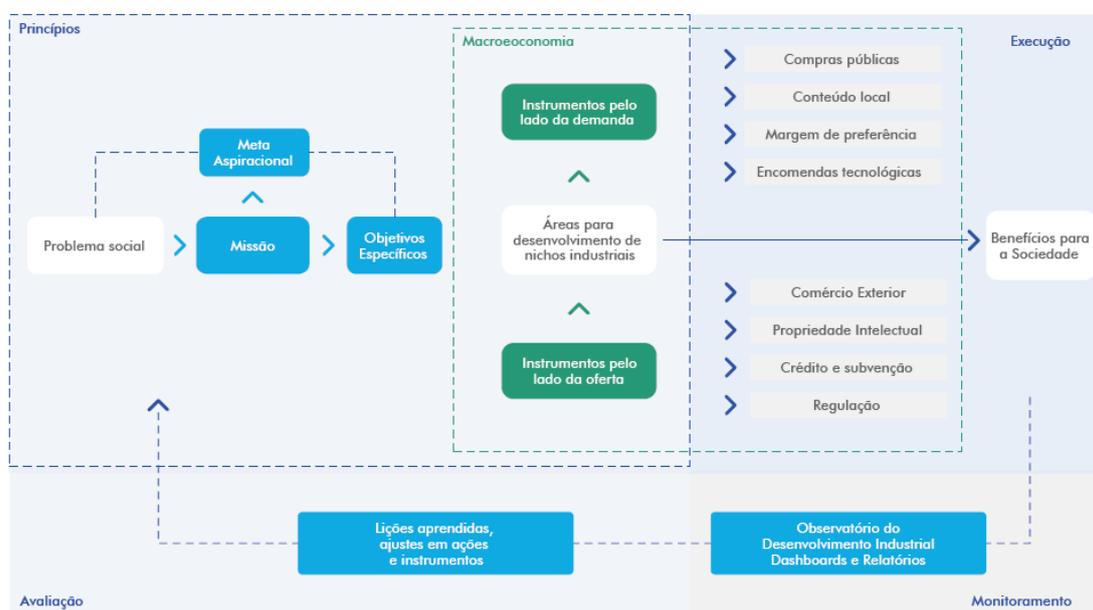


- Dentre as políticas que serão resgatadas, estão os polêmicos investimentos na Refinaria Abreu e Lima, a tentativa de retomada da indústria naval e novos investimentos na CEITEC - estatal produtora de *chips*.
- A NIB prevê investimentos de R\$ 250 bilhões por parte do BNDES e R\$ 50 bilhões por meio da Embrapii e da Finep. No entanto, o presidente do BNDES afirmou que os valores seriam um “piso”, indicando que mais dinheiro pode ser investido nos programas anunciados.
- Notamos, também, que a política, apesar de apresentada como uma inovação, traz um “empacotamento” de várias outras políticas já anunciadas, como o Mover, o PAC e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Analisando a proposta da NIB, fica claro que se trata de uma política que olha apenas para o retrovisor. O governo, ao reeditar políticas fracassadas que drenaram bilhões do orçamento público, demonstra que não aprendeu com os erros do passado.
- Terminamos falando do papel secundário que o ensino profissional recebeu no plano. Não há como falar em desenvolvimento sem educação. Essa omissão certamente afetará a efetividade do plano, que decidiu focar no crédito direcionado e nos subsídios.

Análise

- Para resumir a política industrial, reproduzimos a figura de funcionamento da NIB, elaborada pelo próprio governo:

Figura 1. Como a política industrial vai funcionar



Fonte: elaboração própria

- Notamos que velhas figuras da política industrial brasileira se mantiveram no programa. Dentre elas, destacamos: o conteúdo local, a margem de preferência, as compras públicas, o crédito e as subvenções.
- Infelizmente, apesar de se prever um momento de “Lições Aprendidas” na avaliação da política industrial, o governo não aprendeu com erros amplamente conhecidos. Qualquer análise *ex ante* - uma boa prática das políticas públicas - teria mostrado o caminho incorreto de algumas medidas.
- Um dos pontos que mostram essa recusa em aprender com o passado está na falta de clareza, de metas e de detalhamento dos programas. Não há como avaliar a política se não houver objetivos e parâmetros, como ocorre na publicação da NIB, que permitam essa análise.
- Com o objetivo de mostrar os erros do modelo de política industrial proposto, falamos de alguns mecanismos anunciados até o momento. Além disso, alertamos para a falta de atenção dada à formação dos trabalhadores.

Os problemas da política de Conteúdo Nacional

- Lembramos que a política de conteúdo nacional encarece a produção nacional¹. Muitas vezes, o produto internacional possui melhores preços e qualidade, e sua produção não é tão lucrativa para justificar os investimentos.
- Ao mesmo tempo, ao se isolar do comércio internacional, os produtores brasileiros não ficam expostos aos produtos que estão na fronteira tecnológica, o que afasta os produtores nacionais do que existe de mais moderno.
- Esse protecionismo faz com que a produção nacional, por mais que seja incentivada, nunca alcance a fronteira tecnológica internacional. De fato, a falta de competição reduz a produtividade das firmas e prejudica a inovação.
- Apesar de o governo afirmar que países como Índia, Coreia do Sul, Estados Unidos e os integrantes da União Europeia também fazem política industrial, o que supostamente seria um motivador para implementar a mesma estratégia no Brasil, existem diferenças substanciais entre a política industrial brasileira e de outros países.

¹ Recomendamos a leitura do livro *Local Content Requirements: a global problem*. O livro aborda, dentre vários casos, os problemas da política de conteúdo nacional nas compras do SUS.

- O plano brasileiro é substancialmente diferente de outros planos pelo mundo. Um relatório da Comissão Europeia, que detalha o norte da política industrial da região, revela um distanciamento da estratégia isolacionista presente na NIB:

Perante estes ventos contrários, a resposta da Europa não pode ser erguer mais barreiras, proteger indústrias não competitivas ou imitar as políticas protecionistas ou distorcidas de outros. **Ser competitivo exige competição – tanto em casa como no mundo.** Precisamos das condições certas para que empreendedores transformem suas ideias em ações e para que empresas de todos os portes prosperem e cresçam. (*Tradução Livre, A New Industrial Strategy for Europe, p. 3*)

- Para mostrar quão penosa pode ser a política de conteúdo nacional, lembramos do caso da Petrobras, que teve de arcar com uma política de conteúdo nacional tão restritiva que acabou sendo multada por não ser capaz de cumprir os termos. No ano passado, a ANP realizou um [Termo de Ajustamento de Conduto \(TAC\)](#) justamente para resolver as questões referentes às multas acumuladas.
- O conto da Petrobras remete diretamente aos esforços de reconstruir a indústria naval e construir refinarias como a Abreu e Lima. A indústria naval recebeu cerca de R\$18,7 bilhões do BNDES. [Os principais estaleiros feitos na gestão petista entraram em recuperação judicial](#) e acumulam mais de R\$11 bilhões em dívidas.
- Mesmo assim, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, [afirmou que o Brasil precisa voltar a fazer navios](#) e anunciou que dobrará os recursos do banco de desenvolvimento para esse setor.
- No caso da refinaria Abreu e Lima, a publicação do TCU “[Gestão Rnest - uma história que precisa ser contada para não ser repetida](#)” aponta que a refinaria custou 20,4 bilhões de dólares. O custo inicial previsto seria de 2,4 bilhões de dólares. Em termos absolutos, o gasto já feito na refinaria representa praticamente um terço do que se pretende investir na NIB. Infelizmente, o alerta da publicação do TCU não convenceu o governo.
- Outro caso de fracasso da política de conteúdo nacional está na Lei da Informática, criada em 1991 e reeditada em 2001, 2004 e 2014. Um [Relatório do Banco Mundial](#) aponta que a Lei da Informática não foi bem sucedida, com os

produtores locais - mesmo os que vieram produzir no país - não sendo capazes de competir internacionalmente.

Problemas das Compras Governamentais e da Margem de Preferência como ferramentas de desenvolvimento

- As compras governamentais como ferramenta de desenvolvimento também podem ser questionadas. Além de ter sido um ponto que distanciou o Brasil do acordo Mercosul-União Europeia, tememos que a política acabe custando caro para a administração pública sem ter bom retorno social.
- Para essas compras governamentais, a administração pública pode estabelecer uma margem de preferência. Em termos simples, a margem é usada para tolerar um preço mais elevado de determinados produtos em comparação com produtos estrangeiros até determinada porcentagem. É o Brasil gastando mais em compras públicas.
- Nem sempre as compras foram suficientes para incentivar os setores. A Ceitec, por exemplo, recebeu volumosos subsídios e investimentos, mas teve diversos problemas até mesmo para produzir *chips* para o passaporte brasileiro.
- Apesar da promessa de ser uma grande empresa de *chips* na América Latina, a estatal do *chip* do boi - como é conhecida - custou cerca de R\$ 790 milhões e vendeu apenas 64,6 milhões - 8% do seu custo. Mesmo assim, anunciou-se mais investimentos na empresa, com poucas mudanças na estratégia da estatal.
- Principalmente por meio das compras do SUS, o governo pretende combinar a política de conteúdo nacional - para a construção do complexo econômico industrial de saúde - com as compras governamentais.
- Como alertou o economista Marcos Mendes, as licitações de saúde já passaram por diversos escândalos de corrupção, além de terem sido um ponto central para o país se afastar do acordo Mercosul-União Europeia.
- O governo brasileiro temia que europeus vencessem licitações com produtos mais baratos e de melhor qualidade, o que afetaria negativamente os produtores nacionais, mas traria maior economicidade e qualidade para o SUS.
- A meta do governo é produzir 70% da necessidade de bens industriais na saúde. O número, além de elevado, não foi explicado. No entanto, nota-se que, apesar de se propagandear que a política é estratégica porque reduz o risco

do país ficar desabastecido, o percentual elevado atinge muito mais do que supostos produtos estratégicos.

O risco dos Subsídios e do Crédito Subsidiado

- Antes de analisar a proposta atual de crédito e de subsídios, temos de lembrar que [a política de crédito subsidiado do BNDES](#) emprestou R\$ 809 bilhões entre 2008 e 2014, com um custo calculado pelo Tesouro Nacional de R\$ 340 bilhões aos cofres públicos. A política resultou em forte endividamento público, que até hoje possui reflexos no tamanho da dívida pública nacional.
- O resultado não foi o esperado e a política foi central nos escândalos de corrupção do período. Como efeito prático, os pesquisadores Bonomo, Brito e Martins (2015)² descobriram que a política não teve efeito sobre o investimento das empresas listadas em bolsa. Isso significa que as empresas apenas pegaram dinheiro barato, mas não expandiram como se esperava.
- Parte do problema era o uso da TJLP, uma taxa de juros subsidiada, como referência de juros dos empréstimos. Com a taxa subsidiada, os empréstimos chegaram no volume citado anteriormente, principalmente pela possibilidade de o BNDES emprestar por valores abaixo do que conseguia captar. Esse subsídio foi corrigido com a adoção da TLP como referência.
- Contudo, o governo quer retomar a política anterior. Alguns empréstimos terão juros de 2% + TR. Outros serão bancados por Letras de Crédito emitidas pelo BNDES.
- A lei que permite a emissão dessas letras de crédito muda a forma de cálculo da TLP, com o objetivo de torná-la mais subsidiada. Com isso, o BNDES afetará o mercado de crédito, que terá possivelmente de competir com um banco público capaz de emprestar abaixo da sua taxa de captação.
- Além dessa taxa, alertamos que aproximadamente R\$ 21 bilhões do programa serão de crédito não reembolsável, ou seja, sem devolução. É um impacto substancial no orçamento público.
- Com isso, vemos como ainda mais remota a possibilidade de que o governo cumpra sua meta fiscal. A volta dos juros subsidiados [pode ser uma bomba para a economia brasileira, com possíveis impactos negativos no futuro](#).

² Bonomo, M.; Brito, R. and Martins, B. (2015). "The After Crisis Government-Driven Credit Expansion in Brazil: a Firm Level Analysis". Journal of International Money and Finance 55: 111-134.

- Lembramos, também, que o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já falou diversas vezes sobre o corte de subsídios, sobretudo os tributários. Mesmo assim, a política prevê o REIQ, um benefício tributário para a indústria química. Nesse sentido, vemos um conflito entre a Fazenda e o programa industrial, [razão que pode explicar a ausência do Ministro no lançamento do plano industrial](#).

Ponto Adicional: o papel secundário da formação profissional no plano

- Apesar de remeter a planos industriais estrangeiros em diversos momentos, a inclusão tímida da formação dos trabalhadores é uma das principais diferenças entre o plano brasileiro e de outros países.
- O [American Jobs Plan](#), citado para fins de comparação, prevê investimentos na formação profissional, sobretudo técnica, em cerca de U\$ 100 bilhões. No entanto, o governo não será o responsável por toda a formação técnica. De fato, o investimento nos trabalhadores é uma contrapartida das empresas que recebem os benefícios do programa. Com isso, há um investimento privado na capacitação, algo totalmente ausente no plano industrial do governo brasileiro.
- O plano [“A New Industrial Strategy for Europe”](#) fala de “aprendizado por toda a vida”, com um foco na capacitação e requalificação para lidar com novas tecnologias e evitar que trabalhadores em atividades obsoletas fiquem desempregados.
- No plano industrial brasileiro, fala-se de expansão da rede de educação profissional Federal, qualificação no âmbito do PAC e alguns pontos específicos de capacitação setorial. Sabemos que sem mão de obra qualificada, não há como desenvolver uma indústria complexa. Por isso, entendemos que o plano é pouco ambicioso nesse aspecto.
- Essa omissão não parece ter sido acidental, pois se traduz em outros âmbitos do governo. Citamos, por exemplo, a ferramenta [“Mapa de Demandas por Formação Profissional”](#), que foi atualizada pela última vez ainda no Governo Bolsonaro. Até o momento, o Ministério da Educação não atualizou a ferramenta, apesar da disponibilidade de novos dados desde dezembro de 2022.

- O objetivo do Mapa de Demandas por Formação Profissional é identificar os cursos de capacitação e os cursos técnicos com maior potencial em cada região ou município. Com isso, a formação estaria mais próxima do mercado de trabalho e mais distante dos direcionamentos do governo.
- Ainda mais temerário é o fato de o governo trabalhar contra o Novo Ensino Médio, que, dentre várias inovações, tornava o ensino técnico mais acessível e atrativo no país.
- Esse quadro mostra um baixo compromisso com aspectos fundamentais do desenvolvimento. O que parece é que se busca uma política imediatista, que, infelizmente, pode fracassar - mais uma vez.



Lula planeja gastar mais R\$ 8 bi com obra da Refinaria Abreu e Lima, símbolo da corrupção do PT

Petista lança plano para concluir obra anunciada em seu primeiro mandato; custo total chegará a R\$ 100 bilhões, dez vezes o orçamento inicial

- O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciou um projeto de expansão da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) em Pernambuco, com um custo estimado de 8 bilhões de reais e entrará em operação em 2028.
- A refinaria, iniciada durante o primeiro mandato de Lula, já consumiu aproximadamente 90 bilhões de reais.
- A análise destaca que a RNEST se tornou um marco de corrupção, sendo considerada a “refinaria mais cara do mundo”, e questiona a coerência do investimento, destacando a superioridade de retornos no segmento de exploração e produção.
- Ademais, o anúncio da Petrobras pode ser interpretado como uma afronta ao Termo de Compromisso de Cessação com o CADE, afetando a competitividade no setor de refino e prejudicando a atração de investimentos privados, além de gerar desconfiança quanto à segurança jurídica no ambiente de negócios brasileiro.

Contextualização

- O presidente da Petrobras, [Jean Paul Prates](#), [anunciou projeto de expansão da refinaria de Abreu e Lima](#) (RNEST), em Pernambuco, que deve ter um custo aproximado de **8 bilhões de reais**.
- A obra, iniciada durante o primeiro mandato de Lula e paralisada desde 2015, já consumiu aproximadamente **90 bilhões de reais**.



A expectativa é de que a refinaria, quando estiver funcionando totalmente, vai faturar cerca de R\$ 100 bilhões por ano. Com a ampliação da unidade, a Petrobras e o Governo Federal projetam uma geração de cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos e um acréscimo de cerca de 13 milhões de litros de Diesel S10 (de baixo teor de enxofre) por dia à capacidade de produção nacional.

[PT na Câmara](#)

- No seu pronunciamento, o ex-presidente Lula criticou expressamente a Operação Lava-Jato, o Judiciário, o Ministério Público e até mesmo o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O presidente sugeriu em sua fala que agentes dessas instituições estavam orientados a penalizar a Petrobras, em detrimento do cumprimento da lei.

- Durante a cerimônia em Pernambuco, Prates enfatizou que, apesar do alto investimento, espera-se recolher com a refinaria montantes semelhantes em impostos federais e estaduais, principalmente estaduais, durante seu primeiro ano de operação.
- Prates estimou ainda que a receita do primeiro ano de funcionamento, previsto para 2028, cobrirá o montante total investido na refinaria, que ultrapassará os **100 bilhões de reais**.



Tudo que aconteceu nesse país foi uma mancomunação entre alguns juízes desse país, alguns procuradores desse país subordinados ao departamento de Justiça dos Estados Unidos, que queriam e nunca aceitaram o Brasil ter uma empresa como a Petrobras (sic)”.
[Lula, Presidente da República.](#)

Análise

- Primeiramente, ressaltamos que a refinaria de Abreu e Lima é um marco da corrupção movida pelo Partido dos Trabalhadores. Com um custo inicial estimado de US\$ 2 bilhões, em 2005, o primeiro estágio da refinaria foi concluído em 2014 ao custo de US\$ 18,5 bilhões, tornando-se globalmente conhecida como a “refinaria mais cara do mundo”. E o gasto se ampliará ainda mais com o novo anúncio.
- A título de comparação, em 2022, uma refinaria com produção diária de 160.000 barris (8 milhões de toneladas por ano), equipada com unidades de craqueamento catalítico, *visbreaking* e de gasolina, e construída na Europa, [custaria aproximadamente algo em torno de US\\$6 bilhões](#). Esse número oferece uma dimensão do superfaturamento identificado em Abreu e Lima.
- Outro aspecto a ser considerado no anúncio é a expectativa de retorno em relação ao novo investimento da Petrobras na RNEST. Em parte, o discurso do PT tentou amenizar esses custos com um pretenso retorno compensatório, que nos parece pouco crível.
- De acordo com os resultados da Petrobras apresentados no [4º Trimestre de 2022](#), o segmento de Exploração e Produção apresentou uma margem do EBITDA¹ de 65%, ante 10% do segmento de Refino, Transporte e Comercialização. Em outras palavras, os dados financeiros da empresa sugerem que a decisão de investir na refinaria parece ser incoerente, uma vez que a exploração apresenta um retorno superior para o governo e demais acionistas, especialmente com as perspectivas vislumbradas de novos campos na Margem Equatorial.

“[...] o grande negócio da Petrobras não é refinaria: é pré-sal, exploração e produção. Quando começaram os leilões de petróleo, em 1999, o Brasil produzia 800 mil barris de petróleo por dia, e só com a Petrobras. Hoje, o Brasil produz 3,1 milhões de barris por dia, é o nono maior produtor do mundo e tende a produzir 5 milhões de barris até 2029/2030. Então, o Brasil, de importador de petróleo, virou exportador. No caso do refino, foi o contrário. Se tivéssemos feito a abertura do refino quando fez do E&P (exploração e produção) provavelmente hoje o Brasil seria exportador de derivados, e não importador [...]”.

Adriano Pires, especialista em energia e sócio diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), [em entrevista ao jornal “Estado”](#).

¹ O EBITDA é um indicador financeiro que facilita a identificação do potencial de geração de caixa nas operações principais e influencia a avaliação do progresso na produtividade e eficiência.

- O comunicado se soma a outras decisões da gestão petista, as quais devolvem a Petrobras a setores que historicamente apresentaram baixo retorno financeiro ou, em alguns casos, ocasionaram prejuízos significativos.
- Nesse sentido, acreditamos que a empresa retoma uma trajetória temerária, que levou a empresa a ser considerada a petrolífera mais endividada do mundo pela Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Cabe mencionar que durante as gestões de Michel Temer e de Jair Bolsonaro houve um esforço bem-sucedido de direcionar a atuação da empresa para a exploração e produção, com a venda de negócios deficitários e ineficientes, como o ramo de gasodutos de transporte, refinarias, e fábricas de fertilizantes.
- Entendemos também que o anúncio da Petrobras afronta o Termo de Compromisso de Cessação firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em janeiro de 2019, o CADE iniciou o Inquérito Administrativo nº 08700.006955/2018-22 para investigar condutas monopolísticas da Petrobras no mercado de refino.
- Em abril do mesmo ano, a Petrobras anunciou a aprovação de novas diretrizes para a gestão de seus ativos, incluindo a venda de oito refinarias, dentre as refinarias elencadas no projeto estava a RNEST, no chamado “Projeto de Desinvestimento na Área de Refino”.
- Salientamos que o fim da manutenção do Preço de Paridade de Importação (PPI)² e a manutenção monopolística da Petrobras no setor de refino tendem a afastar investimentos privados no setor, em decorrência da imprevisibilidade econômica, insegurança jurídica e regulatória.

“O importador pode desistir de atuar no Brasil, pois ele terá de comprar um produto mais caro no exterior e não vai conseguir competir com a Petrobras”.

[Cleveland Prates, ex-conselheiro do Cade e professor da FGV, em entrevista ao veículo “O Globo”.](#)

- Adicionalmente, a postura do governo também indica claramente a intenção de aumentar a intervenção estatal no setor de infraestrutura, o que impactaria negativamente nos investimentos privados essenciais para o desenvolvimento do país.

² Preço de Paridade de Importação (PPI) é uma metodologia para determinar o custo de um produto, levando em conta seu valor no mercado internacional e outros elementos como a taxa de câmbio do dólar, despesas de transporte, impostos e taxas portuárias.

- Em geral, os aportes em infraestrutura demandam somas consideráveis de capital, sujeitos a amortização e a retornos a longo prazo. Assim, é crucial que os governos garantam um ambiente de segurança jurídica e previsibilidade, fatores desconsiderados pelas falas e atuação recente do presidente Lula e seu partido.
- Com as despesas obrigatórias exercendo uma crescente pressão sobre o orçamento público, o investimento em infraestrutura torna-se cada vez mais dependente de recursos privados. [O investimento em infraestrutura representa 1,95% do PIB, estimado em R\\$ 10,5 trilhões, ainda abaixo dos 4% considerados essenciais para impulsionar a economia.](#)
- Frise-se que a deterioração nos níveis de investimento e no estoque de capital para infraestrutura teria sido mais significativa não fosse pela expansão dos programas de concessão e desestatização. [Atualmente, 80,4% do investimento no país provêm de fontes privadas.](#)
- Portanto, a conduta adotada pelo PT compromete a principal fonte de recursos para o setor, [desconhecendo as necessidades que o país tem em setores-chave como energia, saneamento, transportes e comunicações.](#)
- Por fim, cabe ainda tecer comentários sobre o discurso ideológico do presidente Lula, a despeito de estar anunciando um projeto que deveria ser apreciado do ponto de vista técnico.
- Levianamente, acusou instituições nacionais e internacionais de um conluio em uma tentativa clara de promover um revisionismo histórico, pois a RNEST é vista como um símbolo da corrupção do PT instalada em gestões anteriores de Lula e Dilma Rousseff.
- No ano de 2021, o Tribunal de Contas da União divulgou [um estudo examinando os equívocos corporativos que resultaram nos prejuízos da RNEST](#). O relatório detalha como os gestores, manipulando análises econômico-financeiras, conduziram um projeto reconhecidamente inviável.

“A fiscalização explícita como uma empresa com altos padrões de governança permitiu que um empreendimento economicamente inviável fosse levado à frente, a partir de uma série de condutas temerárias, desprovidas das salvaguardas e dos cuidados mínimos esperados em investimentos do porte. Gerentes e diretores da estatal contrariaram regras instituídas internamente e infringiram deveres legais e estatutários, em especial os de diligência e lealdade, promovendo vulto-

so prejuízo para os cofres da estatal. Revelaram-se, assim, os diversos mecanismos pelos quais os gestores maquiaram as análises econômico-financeiras do empreendimento, subvertendo os princípios da Sistemática Corporativa de Projetos de Investimentos da Petrobras”. [Gestão Rnest, TCU.](#)

- É relevante notar que até mesmo líderes de alto escalão da Petrobras, envolvidos nos casos de corrupção, reconhecem que a Operação Lava Jato desempenhou um papel importante em interromper os danos causados pela corrupção sistêmica na empresa petrolífera.
- O presidente também parece ignorar os diversos processos movidos contra a Petrobras em países como Brasil, Argentina, Estados Unidos e Holanda. Nesses processos, os acionistas minoritários exigem indenizações pela gestão fraudulenta da companhia.
- [Especificamente, no pacto firmado entre a Petrobras e a SEC](#), órgão que regula o mercado de capitais nos Estados Unidos, a petrolífera brasileira admite todas as irregularidades praticadas e se declara culpada pelos acontecimentos. Além disso, concordou em desembolsar a quantia de US\$ 853,2 milhões para finalizar as investigações, equivalente a aproximadamente R\$ 4,2 bilhões em valores de janeiro de 2024.
- Oficialmente, não houve manifestação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos frente às acusações do presidente Lula. [Em resposta ao veículo Metrôpoles](#), o Departamento de Justiça dos Estados Unidos comunicou que se absteria de comentar as falas do presidente Lula, mas sugeriu a leitura de cópia dos acordos firmados por diretores da estatal petrolífera, nos quais confessam os crimes de corrupção negados pela cúpula petista.

“
A Operação Lava Jato da Polícia Federal fez um bem imenso à Petrobras, apesar de todos os transtornos que tem ocorrido com a empresa”.

[Graça Foster, ex-presidente da Petrobras, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito.](#)

Mais uma afronta à Lei das Estatais

- Em [comunicado ao mercado](#), a Petrobras informou a renúncia de Efrain Pereira da Cruz e a indicação de Renato Campos Galuppo para o Conselho de Administração da empresa.

- Em março do ano passado, o [advogado teve o nome rejeitado pelo Conselho de Administração da Petrobras](#) por causa de sua vinculação com um partido político, o Cidadania, e por não ter experiência comprovada na área. O advogado atuou no diretório nacional da legenda até março de 2022.

“§ 2º É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria:

II - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

Art. 17. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:

I - ter experiência profissional de, no mínimo:

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou da sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;

3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista”.

[Lei das Estatais \(Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016\).](#)

- Mais uma vez, o governo atua de maneira a comprometer a aplicação da Lei das Estatais, a qual consideramos crucial para prevenir questões de governança, especialmente nomeações de cunho político, em detrimento da imprescindível competência técnica para o gerenciamento de uma das empresas mais importantes para o país.

3 EDUCAÇÃO

Conferência Nacional de Educação prioriza questões ideológicas e deixa melhoria do ensino em segundo plano

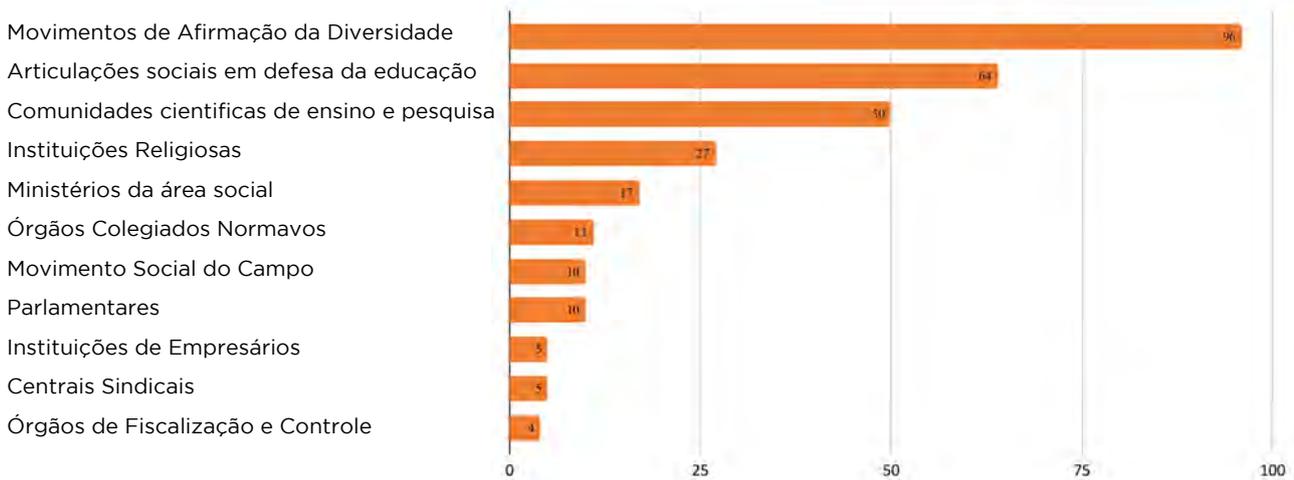
Encontro que vai definir propostas para a educação no Brasil nos próximos 10 anos privilegia ‘movimentos de afirmação da diversidade’, deixando comunidades científicas de ensino e pesquisa com apenas 17% das cadeiras

Alardeada pelo governo Lula por viabilizar a participação dos segmentos educacionais e setores da sociedade civil na construção do futuro PNE (Plano Nacional de Educação), a Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024 não passa da antiga retórica do governo de se autoproclamar democrático, transparente e participativo. Governo esse que privilegia a participação de determinados movimentos de representação em detrimento da comunidade científica de ensino e pesquisa na elaboração do documento que servirá de espinha dorsal para as discussões do futuro da educação brasileira para os próximos 10 anos.



Das 299 vagas destinadas a delegados por setores e indicação nacional que atuarão na etapa nacional, boa parte não está relacionada à educação. Segundo o regimento geral da conferência, mais de 50% foram destinados a movimentos de afirmação da diversidade e articulações sociais em defesa da educação, sendo que para o segmento de comunidade científicas de ensino e pesquisa, foram destinados apenas 17%, seguidos de 9% para instituições religiosas.

Delegados por Setores por indicação nacional



Elaboração própria.

Fonte: Documentos Conae 2024. FNE/MEC.

Com a abertura da etapa nacional da CONAE 2024 realizada neste domingo e com previsão de término no dia 30, o Fórum Nacional de Educação – FNE espera entregar ao MEC documento que servirá de base para a elaboração do projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional com o Plano Nacional de Educação – PNE, decênio 2024-2034. Segundo fala do coordenador o PNE, Heleno Araújo, foram apresentadas 8.651 emendas ao [documento referência](#) que será analisado e consolidado nessa etapa nacional.

Nenhum resultado das etapas municipais e estaduais que ocorreram em outubro e novembro de 2023 foi divulgado nos canais oficiais do evento, sites do MEC e do FNE e seu canal do Youtube, privando toda a sociedade de acompanhar e analisar os desdobramentos do aludido documento referência, que por si só já chama a atenção para as pautas político-ideológicas, incluindo pautas sindicais, em detrimento da busca pela qualidade da educação.

Segundo matéria divulgada pela [Gazeta do Povo](#), o material teve um acréscimo de 100 páginas há 13 dias, mudança que não foi divulgada nos canais oficiais, dificultando a avaliação e, até mesmo, a manifestação dos setores envolvidos no processo direta e indiretamente.

Se não bastasse o atraso no encaminhamento do PNE ao Congresso, previsto legalmente para ocorrer ainda no nono ano de vigência do atual – 2014-2024, o chamado documento referência elaborado para orientar o debate nacional e servir de base para as discussões municipais e estaduais, e o consolidado de [eixos temáticos e suas ementas](#), para além das ideologias conhecidamente defendidas, conduzem a um ataque expresso ao Poder Legislativo, por abrigar parlamentares de direita, em um afronte direto a soberania do voto popular. Até mesmo os vídeos explicativos dos eixos temáticos, disponíveis no canal do Youtube da FNE destacam os trechos a seguir mencionados.

O “Documento Referência”, que deveria se ater a conteúdo voltado a fundamentação teórica e direcionamento do processo de elaboração de base para o PNE do próximo decênio, visando a melhoria da qualidade da educação brasileira, é marcado pelo discurso político enviesado baseado na narrativa de golpe em 2016, logo em sua introdução.

Ao discorrer sobre o eixo temático III - **Educação, direitos humanos, inclusão e diversidade: equidade e justiça social na garantia do direito à educação para todos e combate às diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência** -, antes da apresentação de proposições traz um ataque direto aos Poderes Legislativo e Judiciário.

“641. (...) No atual contexto histórico e político brasileiro, o Congresso Nacional, as assembleias legislativas, as câmaras municipais e a Distrital estão tomadas por parcelas significativas de grupos conservadores e suas pautas fundamentalistas e excludentes. Os avanços da democracia, do reconhecimento e respeito à diversidade, dos direitos humanos e da justiça social sofrem ataques violentos de forças midiáticas, parlamentares, ruralistas, políticas, jurídicas e conservadoras. (...)”

O judiciário e o legislativo, desde a polarização política instituída no Brasil, no pós-golpe, têm construído posicionamentos, muitas vezes contrários aos direitos humanos, trazendo também a importância da defesa desses princípios na esfera jurídica, auxiliando na fundamentação de argumentos científicos para os julgamentos e denunciando comportamentos não toleráveis no âmbito da prática jurídica.”

O direcionamento e os ataques vão além, ao fundamentar e detalhar o eixo temático II - **A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência, e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios** - o documento afirma:

“266. (...) **se faz urgente a contraposição efetiva do Estado, nas suas diversas esferas federativas**, às políticas e propostas ultra-conservadoras, garantindo a desmilitarização das escolas, o freio ao avanço de processos e tentativas de descriminalização da educação domiciliar (*homeschooling*); às intervenções do movimento Escola Sem Partido e dos diversos grupos que desejam promover o agronegócio por meio da educação; aos ataques à liberdade de cátedra e o livre pensamento nas instituições educacionais, retirando do currículo, por exemplo, disciplinas importantíssimas para a formação plena e para a cidadania, como sociologia, filosofia e artes.” (Grifo nosso)

Já no outro documento base para as etapas municipais e estaduais, eixos temáticos e suas ementas, as ementas dos eixos temáticos II e III, afirmam que a ideia de políticas e propostas como educação domiciliar (*homeschooling*), militarização das escolas e manifestações legítimas, como a do movimento Escola Sem Partido e a do agronegócio, são incompatíveis com a ideia de que as escolas sejam espaços de direitos e de política do Estado, e com a educação pública e gratuita como direito de todas as pessoas.

Ou seja, todo o discurso de construção de uma escola participativa e democrática serve apenas aos interesses de uma ideologização atrasada e fundada em preceitos já conhecidos e que não levaram nosso sistema de educação ao sucesso, pré-negando o direito daqueles que pensam, sentem e querem um futuro escolar diferente.

Assim, diante de tamanho desrespeito com o estado democrático de direito e a total descomprometimento com o debate com transparência, isonomia e representatividade sobre temas embasados em dados reais, dez frentes parlamentares assinaram nota no último dia 24, pedindo o adiamento da Conae 2024, criticando a ênfase dada a “movimentos de afirmação da diversidade” em detrimento de movimentos voltados à educação.

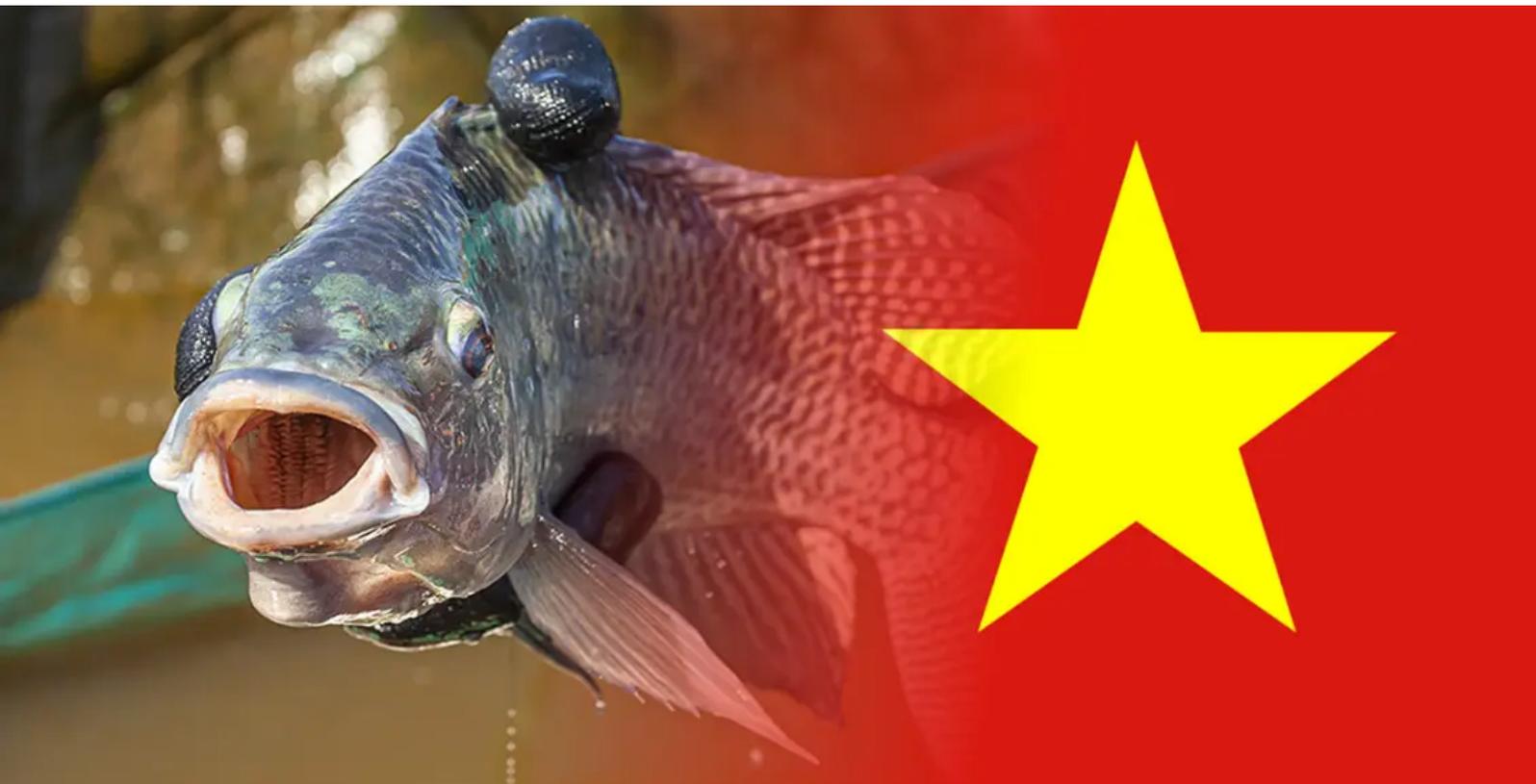
A nota foi assinada pelas seguintes frentes: Frente Parlamentar do Empreendedorismo; Frente Parlamentar Mista do Comércio e Serviços; Frente Parlamentar do Comércio e Serviços; Frente Parlamentar da Agropecuária; Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite; Frente Parlamentar da Segurança Pública; Frente Parlamentar da Bioeconomia; Frente Parlamentar Brasil Texas; Frente Parlamentar Evangélica; e Frente Parlamentar Mista em Prol do Semiárido.

4 AGRO

Governo Lula cria concorrência desleal para produtores brasileiros liberando entrada de 25 toneladas de tilápia do Vietnã

Medida viola protocolos sanitários do Brasil; ministro da Pesca, André de Paula, chegou a chamar de ‘fake news’ o alerta de entidades do setor sobre a possibilidade de importação de peixes do país asiático

Em outubro, circulou em diversos veículos de comunicação especializados a [preocupação](#) do setor pesqueiro e aquícola quanto à possibilidade da importação de tilápia do Vietnã. Este foi o reflexo de rumores após o [Acordo de Cooperação Agrícola Brasil-Vietnã](#), assinado em setembro.



Para tanto, o Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, reagiu à preocupação do setor e a classificou de “[fake news](#)”. Inclusive, em audiência [requerida](#) pelo Senador Jorge Seif (PL-SC) na Comissão de Agricultura (CRA) do Senado, o ministro salientou que havia consultado os ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores e reafirmou que [não havia a possibilidade dessa importação](#).

Ocorre que, através do monitoramento vigilante da Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), constatou-se a entrada de carga de 25 toneladas de tilápia proveniente do Vietnã em dezembro.

Importação brasileira de tilapia, em 2023

Peso kg	25.000 kg
Valor US\$ (FOB)	US\$ 118.100
Preço por kg (FOB)	US\$ 4,72/kg
Categoria de produto	Filé de tilapia congelado (NCM 03046100)
Destino	São Paulo
Origem	Vietnã
Data	dez/23

Fonte: COMEXSTAT

Abertura para graves riscos sanitários

Além dos indícios da prática de dumping pelo Vietnã ao produto brasileiro, o maior problema ocorre pela possibilidade da introdução do vírus TiLV (Tilapia Lake virus) pelo Vietnã. Este vírus é responsável pela mortalidade de até 90% do plantel contaminado nos países em que foram encontrados.

O Brasil, devido à adoção de protocolos rigorosos de biossegurança, não enfrenta a presença da doença, sendo considerado isento de riscos. Em contrapartida, o Vietnã apresenta um potencial risco de ocorrência da TiLV, uma vez que importa animais de regiões onde a presença do vírus já foi confirmada.

Desrespeito aos protocolos sanitários domésticos e internacionais

Do ponto de vista do país importador, a abertura de mercado para produtos de origem animal envolve uma cuidadosa avaliação das oportunidades comerciais, bem como uma análise rigorosa das regulamentações sanitárias e fitossanitárias (SPS) associadas aos produtos importados. É imperativo que o país importador

estabeleça requisitos claros de conformidade, garantindo que os produtos atendam aos padrões de segurança alimentar estabelecidos. Isso inclui inicialmente a elaboração de Análise de Risco de Importação (ARI), para posterior exigência de certificações de saúde animal e a realização de inspeções rotineiras para assegurar a qualidade e segurança dos produtos.

Porém, não existe ARI para a importação de tilápia do Vietnã. Apenas para a importação de pangasius. Sendo assim, o Serviço de Vigilância Oficial (SVO) pode ter incorrido em grave erro legal ao estender a ARI de uma espécie para outra.

Isto porque na legislação brasileira, a ARI está descrita nos arts. 80 a 83 do [Decreto nº 5.741, de 2006](#), e na Instrução Normativa (IN), da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República, [nº 2](#), de 2018, que dispõe sobre a análise de risco de importação de organismos aquáticos e seus derivados. Em ambos os casos, não há a permissão expressa para se ampliar a ARI entre diferentes espécies de animais aquáticos provenientes de um mesmo país.

Complementarmente, no Código Sanitário dos Animais Aquáticos (conhecido como “Código Aquático”) da Organização Internacional da Saúde Animal (OIE), em seu [Capítulo 2.1](#), que trata especificamente das Análises de Riscos de Importação, destacamos:

- O documento prezar por um processo transparente para todos atores envolvidos;
- Apesar da argumentação errônea amplamente utilizada, os produtos de animais aquáticos também proporcionam riscos, e não somente animais vivos;
- Das etapas para a ARI, a primeira trata da identificação dos perigos e deixa claro que a análise deve ser por espécie e não processo produtivo:

“Os riscos identificados seriam aqueles apropriados à espécie que está sendo importada, ou de da qual a mercadoria é derivada, e que podem estar presentes no país exportador. É então necessário identificar se cada perigo já está presente no país importador, e se é uma doença listada ou está sujeito a controle ou erradicação nesse país e para garantir que as medidas de importação não são mais restritivas ao comércio do que as aplicadas dentro do país.”

Artigo 2.1.2. do Capítulo 2.1
do Código Aquático da OIE.

Vale ressaltar que a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) é uma organização intergovernamental que atua como referência mundial em questões de saúde animal. Seu papel central é estabelecer normas internacionais para a segurança sanitária animal, promovendo práticas seguras e facilitando o comércio internacional de animais e seus produtos.

Apesar da Defesa Agropecuária ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, o ministro André de Paula tem o dever de esclarecer ao setor como foi possível a entrada de tilápia do Vietnã. Ou demonstrará total isolamento dentro do governo.



Para tanto, o senador Jorge Seif (PL-SC) protocolou [requerimento](#) de informação para que o ministro esclareça o ocorrido ao parlamento e à sociedade.



TRABALHO E EMPREGO

Lula aumenta poder de sindicatos e proíbe acordo direto entre patrões e funcionários para trabalho em feriados

Portaria afeta duramente os setores de comércio e serviços, colocando em risco milhões de empregos; com a nova regra, entidades sindicais voltariam a ser intermediárias de todas as negociações, “justificando” a cobrança da contribuição assistencial obrigatória

Em 13 de novembro de 2023, o Ministério do Trabalho publicou Portaria de nº 3.665/2023, que revogou, para 12 atividades comerciais, a autorização permanente para abertura de estabelecimentos com o uso de mão de obra aos domingos e feriados, concedida em 2021, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.



Anteriormente, era permitido o trabalho aos domingos e feriados por negociação através de acordo entre o empregado e o empregador, desde que respeitadas as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a revogação da autorização, é necessária a realização de acordo coletivo de trabalho entre entidade sindical laboral e empresas ou legislação que estabeleça regras acerca do tema.

Após duras críticas pelo setor produtivo e pela oposição ao governo no Congresso Nacional, houve recuo pelo ministro Luiz Marinho, publicando nova portaria para revogação da Portaria de nº 3.665/2023.

Ocorre que, apesar dos esforços do setor produtivo e da oposição ao governo, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou no último dia 24, após reunião com representantes das centrais sindicais Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e a representante dos empregadores, Confederação Nacional do Comércio (CNC), que apresentará nova portaria com regras para o trabalho em feriados, com a necessidade de acordo coletivo de trabalho entre empregados e empregadores para autorização de utilização de mão de obra, com exceção aos serviços essenciais.

Na prática, a medida fortalece os sindicatos e reforça a autonomia dessas entidades, que, com a mudança, voltariam a ser os intermediários das negociações, “justificando” o pagamento da Contribuição Assistencial, sabotando a economia e promovendo o retrocesso, deixando de beneficiar os trabalhadores através de distribuição de renda, e apresentando insensibilidade junto ao setor comercial.

No Congresso Nacional, os senadores e deputados federais da oposição seguem na tentativa de derrubada da portaria. O líder da Oposição, Rogério Marinho (PL-RN), apresentou em novembro o projeto de lei nº 5516/2023 para estabelecer clareza e segurança jurídica na legislação sobre o descanso semanal remunerado e o trabalho aos domingos e feriados.

O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que também apresentou requerimento para derrubada do veto, declarou à imprensa: “Entendo que se a gente não estiver preocupado com as atividades econômicas, prejudica o emprego”.

